

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3.433 - CH
(2019/0274891-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : Z C B
ADVOGADO : SIMONE DE PAULA DAMASO GESSNER - DF035181
REQUERIDO : M R B

DECISÃO

Z. C. B. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal Regional de March, Suíça, que dissolvera seu casamento com M. R. B. e dispôs acerca da partilha de direitos previdenciários.

O requerido anuiu ao pedido de homologação (fl. 3-5), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 48).

É o relatório. Decido.

Para ser homologada no Brasil, a sentença estrangeira deve reunir os seguintes requisitos: a) ter sido proferida por autoridade competente; b) ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país em que foi proferida; d) não ofender a coisa julgada brasileira; e) não conter manifesta ofensa à soberania nacional, à ordem pública, à dignidade da pessoa humana nem aos bons costumes (arts. 963 do CPC, 17 da LINDB e 216-C a 216-F do RISTJ); e f) estar acompanhada de tradução oficial e de chancela consular ou apostila, salvo disposição que as dispense prevista em tratado.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fls. 20-33), acompanhada de apostila (fl. 34) e traduzida por profissional juramentado no Brasil (fls. 7-18), bem como a comprovação do trânsito em julgado a dar eficácia à decisão (fl. 33).

Ademais, a pretensão preenche os requisitos legais e regimentais.

Registre-se que a requerente manteve o nome de casada após o divórcio, a saber, Z. C. B (fl. 42).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio.**

Expeça-se a carta de sentença.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

